

Assembleia dia 18 de agosto elegerá delegados para Ampliada da Fenajufe

Passada a eleição para direção do Sisejufe, agora é hora de retomar a mobilização pela aprovação do PL 6.613/09. Assim, o primeiro passo é eleger os delegados que vão representar os servidores do Judiciário Federal do Rio na Reunião Ampliada da Fenajufe, no dia 25 de agosto, em Brasília. Para isso, a direção do sindicato convoca assembleia para definir quem vai participar do encontro na capital federal. A assembleia está marcada para o dia 18 de agosto, às 12h, em frente à Justiça Federal Rio Branco. A retomada da mobilização pelo PL 6.613/09 é necessária ainda mais depois que, em reunião no dia 10 de agosto, com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Alcides Diniz, reafirmou que a proposta em negociação do Supremo para conceder reajuste aos servidores do Judiciário Federal é o PL 6613 em parcela única

A proposta em negociação do Supremo Tribunal Federal (STF) para conceder reajuste aos servidores do Judiciário Federal é o PL 6.613/09 em parcela única. A informação foi passada pelo diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz, em reunião dia 10 de agosto com diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, o assessor parlamentar do sindicato, Alexandre Marques, e o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira.

Na ocasião, Diniz reafirmou a posição do Supremo referente ao reajuste do funcionalismo do Poder Judiciário da União. Segundo Alcides Diniz, está é a posição do pleno, que por unanimidade aprovou a inclusão dos recursos na proposta orçamentária do STF para 2012, e que sequer a emenda do deputado Roberto Policarpo está sendo negociada agora.

De acordo com o diretor-geral, a recomendação do Supremo é que todos os tribunais do Poder Judiciário



da União encaminhem o impacto do PCS no orçamento para ser integralizado em uma única parcela a partir de janeiro de 2012, o que está sendo feito por todos. O projeto tem de constar na LOA até o dia 31 de agosto, ainda que o Executivo esteja fazendo de tudo para que o projeto pare, até mesmo bloqueando o acesso do Supremo ao sistema de processamento do orçamento. Segundo Alcides Diniz, após a inclusão dos recursos orçamentários do PL 6613 na LOA, é necessário que a categoria, nos meses seguintes, faça sua parte e trabalhe contra a determinação política do Executivo de não aprovar o PL.

Segundo Alcides Diniz, o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Superior

Tribunal Militar (STM), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já aprovaram ou irão aprovar em suas propostas orçamentárias a inclusão do impacto do PL 6613, reafirmando a decisão do STF, de que o Poder Executivo não pode fazer corte nas propostas orçamentárias do Poder Judiciário, como já assentado pelo Tribunal em mais de uma ocasião, mas se houver o corte, a questão pode ser judicializada.

O diretor-geral salientou que o único órgão que ainda não havia se posicionado a respeito era o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que segundo ele, a Presidência do TST aguardava um contato da Presidência do STF.

Assembleia dia 18 de agosto, às 12h
Em frente à Justiça Federal Rio Branco

Só a luta garantirá o PCS

Foto: Alexandre Marques/Assessor Parlamentar



O diretor Geral do STF, Alcides Diniz e o secretário de RH do Supremo, Amarildo Oliveira, receberam o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal Alcides Diniz afirmou que a posição do STF na questão do orçamento é muito importante porque confirma que só o Congresso Nacional pode alterar o que foi pedido. Ele ressaltou que agora chegou a hora de trabalhar junto com o Poder Legislativo para manter o montante requerido pelo Poder Judiciário, e que o Executivo não tem prerrogativa constitucional para fazer qualquer tipo de alteração se a proposta obedecer aos limites da LRF.

O DG disse também que a partir de 1º de setembro é o momento exato de uma grande mobilização da categoria,

pois nesta data o projeto de lei de orçamento anual para 2012, começará a tramitar no Congresso Nacional, e disse ainda que temos até dezembro do corrente ano para aprovar o PL 6.613/2009, e que para o Judiciário a única opção é o PL 6613. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano lembrou que nos outros PLs a greve da categoria também conseguiu vencer a resistência do Executivo.

A postura do Executivo de não querer dar reajuste algum, com o descumprimento do acordo feito pelo então presidente Lula (que se comprometeu em negociar o PCS após as eleições presidenciais, mas não o fez) e com a falta

de resposta do então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, à proposta de inclusão do PCS a partir do orçamento de 2011, dividido em 4 parcelas semestrais, levou o Supremo a reafirmar uma decisão de 1989, reiterada em 1996 e 1997, de que o Executivo não tem autonomia para cortar o orçamento do Poder Judiciário, e fez com que as propostas fossem enviadas diretamente pelo STF com o impacto total para a implementação de uma única vez. Alcides Diniz considera que isto fará com que o Executivo estabeleça uma negociação, por conta da possibilidade de uma possível derrota nas Casas do Congresso Nacional.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano lembrou que nos outros PLs a greve da categoria também conseguiu vencer a resistência do Executivo, na aprovação dos aumentos de anos anteriores

SISEJUFE
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215.2443 – PORTAL: sisejufe.org.br – ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda.

FIQUE POR DENTRO – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (32631/RJ)

EDIÇÃO: Max Leone – DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho

IMPRESSÃO: 3Graf gráfica e editora – TIRAGEM: 5.300

Matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papéis Reciclados



Foto: Alexandre Marques

Alcides e Amarildo reafirmaram a posição do STF contra o subsídio. Eles reiteraram que a emenda apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) é inconstitucional por vício de iniciativa. Perguntados pelo presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, sobre o parecer técnico do Supremo de inconstitucionalidade da proposta, eles disseram que a fizeram por determinação do presidente Cezar Peluso, que é quem assina o ofício encaminhando o parecer e que esta é a posição não só do ministro, mas da Corte, a de que a prerrogativa de requerer essa alteração na forma de remuneração dos servidores é exclusiva do Poder Judiciário. Segundo eles, este tipo de vício já levou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal a rejeitar proposta de alteração da carga horária dos servidores do PJU da área de saúde, à revelia do Poder Judiciário, e ainda lembraram dos vetos no último PCS, que aconteceram porque o STF não tinha conhecimento prévio sobre tais

O parecer técnico do Supremo de inconstitucionalidade sobre o subsídio foi uma determinação do presidente Cezar Peluso. O parecer não é uma posição só do ministro, mas da Corte, que tem a prerrogativa de requerer alteração na forma de remuneração dos servidores

alterações nem concordava com elas.

Alcides Diniz disse ainda que há um problema muito grave no projeto do MPU, já que a assessoria da Câmara já disse que não é possível emendar o projeto atual, e terá de ser encaminhado um substitutivo, levando a que o projeto do MPU volte à estaca zero, e que não há possibilidade de aumento do MPU por meio de subsídio neste momento, já que efetivamente a aprovação do projeto do órgão tem as mesmas dificuldades do nosso projeto, que é a oposição do Executivo a qualquer aumento agora, sendo por via de subsídio ou não.

Amarildo afirmou que há muita desinformação a res-

peito da proposta de aumento para o cargo de nível médio, pois, diferentemente dos valores que constam da emenda do deputado Reginaldo Lopes, a proposta do Poder Executivo é de adoção do mesmo subsídio pago ao nível médio do ciclo de gestão, ou seja, de R\$ 8.449,13, bem inferior ao do valor de técnico na proposta. Segundo eles, os líderes do movimento pró-subsídio até hoje não apresentaram quem avaliza aquela proposta de salário de técnico superior ao ciclo de gestão.

O Ministério do Planejamento não aceita discutir um valor de subsídio maior. Amarildo lembrou também que a promessa feita pelos líderes do movimento pró-

-subsídio era de implementação em uma única vez e a negociação no MPU, segundo informações, aponta para um parcelamento em quatro anos, enquanto o PL do STF segue com uma única parcela, sendo sobre todos estes aspectos superior à proposta do subsídio. Segundo Alcides, a emenda do deputado Reginaldo Lopes não foi negociada com ninguém do STF, assim sendo, a posição irreversível da Corte é o PL 6613, já reiterada em plenário e que qualquer movimento que divida a categoria agora só vai retardar a negociação do projeto.

Amarildo afirmou também que não existe fiador desta proposta de aumento superior ao ciclo de gestão para técnicos no subsídio, sendo o PL 6613 bem superior, e que a tabela do Planejamento prejudica substancialmente os Técnicos Judiciários, que na tabela do ciclo de gestão não passariam de R\$ 8.400,00 em quatro anos, mais os que defendem não informam isso da maneira correta.

Confiram os principais pontos da reunião no STF

Foto: Henri Figueiredo



Alcides Diniz informou que na sua visão e entendimento, essa discussão já está vencida, até porque a Comissão de Finanças e Tributação, deve se ater às questões orçamentárias do PL 6613, que já tem dotação orçamentária, mas se o Supremo for participar da audiência será por respeito ao Poder Legislativo, e que reafirmará a posição do STF, que é somente o PL 6613, sem mudança do sistema remuneratório.

Pontuamos os principais tópicos tratados na reunião:

1 O Executivo está contra o PL 6613, e só um grande movimento da categoria vai fazer com que o projeto passe no Congresso, já que há linhas de fissura no parlamento que favorecem uma negociação

2 Ao contrário de outros anos, o Judiciário não aguardou a negociação do parcelamento com o Executivo para enviar a proposta orçamentária, para não perder os prazos legais

3 A partir do dia 1º de setembro temos de começar a briga para aprovar o PL 6613.

4 Se o Executivo não acatar a Proposta Orçamentária do Judiciário, a questão poderá ser judicializada

5 A emenda do subsídio do deputado Reginaldo Lopes é inconstitucional por vício de iniciativa. O parecer já foi feito de acordo com a orientação do ministro Cezar Peluso e foi enviado junto com um ofício do

próprio presidente do STF. O STF está fechado com o PL 6613 e não retiraria o PL para nenhuma outra proposta, para começar do zero

6 A tabela dos técnicos no subsídio é menor que a do PL. O deputado Reginaldo Lopes não tem aval para aqueles valores, já que o ciclo de gestão chega até R\$ 8.400,00. O Legislativo já avisou ao MPU que terá de retirar de tramitação o projeto inicial e enviar outro se quiser o subsídio, o que pode atrasar ainda

mais a proposta de subsídio. Em suma, na vida real, lá está mais confuso que aqui e o Executivo não banca sequer o subsídio, mesmo com as tabelas do Planejamento

7 Alcides e Amarildo explicaram qual a PROPOSTA ÚNICA DO JUDICIÁRIO, APROVADA POR UNANIMIDADE NO PLENO, OU SEJA, O PL 6613, DESCARTANDO, por hora, INCLUSIVE A EMENDA DO DEPUTADO ROBERTO POLICARPO

Disto tudo, fica claro que nossa tarefa agora é reorganizar a categoria para o grande movimento paredista que está por vir. Ao fim da reunião Ponciano convidou ambos para vir ao Rio explicar pessoalmente a proposta para a categoria. A visita dependerá de agenda, mas o sindicato vai se mobilizar para trazê-los e explicar qual a proposta única oficial do STF